

Economia - Brasil

Afif pede

3 JUN 1985

clareza na

economia

3 JUN 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, disse ontem que o País precisa de claras definições no tocante à política econômica, para que as empresas possam trabalhar, e de tranqüilidade e segurança, para que possam investir.

"Às indicações e indefinições em relação às greves, ao açodamento e à falta de diálogo prévio que marcaram o lançamento do programa de reforma agrária, a um controle de preços exacerbado e sem diretrizes claras, se somam as divergências públicas entre ministros quanto à redução do déficit e a preocupante ameaça de aumentos de impostos, aliás, já iniciada através da redução de prazos de recolhimento dos tributos."

Segundo Afif Domingos, esse quadro de indefinições e preocupações não constitui o ambiente adequado ao desenvolvimento das atividades produtivas nem o caminho para a redução da taxa inflacionária, que, a seu ver, deve ser prioridade máxima do governo, porque sem a queda da inflação, será impossível resolver os demais problemas brasileiros.

"Esperamos que o presidente José Sarney, fiel às diretrizes de governo que apresentou a seus ministros, imponha a unidade da equipe no sentido de conter os gastos públicos como forma de reduzir a um só tempo o déficit público e as taxas de juros e tranqüilize os empresários e os cidadãos que não serão mais uma vez penalizados com aumentos de impostos para cobrir o rombo do setor público."

"Esperamos, também — acrescentou —, que o assunto da reforma agrária seja reequacionado em bases racionais, onde o problema fundiário seja tratado no contexto de uma política agrícola global que vise a aumentar a produção de alimentos, e com isso possibilitar a redução do custo de vida, gerar mais excedentes exportáveis e contribuir para o aumento do superávit comercial e, nos casos e regiões onde se justifique, promover, de acordo com a lei, as desapropriações que se fizerem necessárias, em complemento a um programa articulado de ocupação de terras do governo."